

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 35.695 - SC (2018/0072394-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECLAMANTE : GUSTAVO BADALOTTI COSTA
ADVOGADO : GUSTAVO BADALOTTI COSTA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SC024288
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de Reclamação formulada por GUSTAVO BADALOTTI COSTA, contra acórdão proferido pela 6ª TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, que negou provimento ao Recurso Inominado interposto pelo ora reclamante.

Inconformado, sustenta o reclamante, em síntese, que:

"O julgamento do EDcl no Recurso Extraordinário n. 571.572-BA, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, entendeu que, a competência para julgar os acórdãos advindos das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Estaduais divergentes dos posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Entendimento este, que deu origem a Resolução n. 12/2009 do STJ.

Não obstante, no ano de 2016, fora, editada nova resolução - a 3/2016, in verbis:

'Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ', bem como para garantir a observância de precedentes.'

Desta feita demonstra-se a este Egrégio Superior Tribunal de Justiça o cabimento recursal para apreciação do presente recurso.

(...)

No tocante a fundamentação de 'adequar aos parâmetros da LC n.155/97' e conseguinte impossibilidade de aplicação da tabela da Seccional o Superior Tribunal de Justiça é pacífico e inclusive já sedimentou entendimento no sentido de ser perfeitamente aceitável e um direito do advogado nomeado a fixação de honorários advocatícios

Superior Tribunal de Justiça

conforme a Tabela 'Básica' de Honorários Advocatícios do Conselho Seccional" (fls. 2/4e).

A pretensão autoral não merece ser conhecida.

Com efeito, a Reclamação prevista no art. 105, I, f, da Constituição da República, bem como no art. 988 do CPC/2015 e art. 187 do RISTJ, constitui ação constitucional destinada a garantir a autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça ou à preservação de sua competência. Ou seja, destina-se a tornar efetivas as decisões proferidas, no próprio caso concreto, em que o reclamante tenha figurado como parte, não servindo para a preservação da jurisprudência desta Corte ou, ainda, como sucedâneo recursal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECLAMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DECISÃO PROFERIDA POR ESTA CORTE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA NÃO CARACTERIZADA.

1. A reclamação é instrumento processual de caráter específico e de aplicação restrita. Nos termos do art. 105, I, "f", da Constituição da República, presta-se para preservar a competência e garantir a autoridade das decisões dos Tribunais.

2. Na hipótese dos autos, não houve desrespeito a qualquer decisão do Superior Tribunal de Justiça, até porque não houve julgamento do recurso especial a que se vincula a presente reclamação. Enquanto não inaugurada a jurisdição deste Tribunal Superior e inexistente decisão relacionada à lide - cuja eficácia necessita de garantia - é inviável a Reclamação.

Reclamação improcedente" (STJ, Rcl 7.043/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 20/04/2012).

Como se não bastasse, a Resolução 12, de 14 de dezembro de 2009 – que disciplinava o instituto da Reclamação como instrumento processual vocacionado para dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a orientação jurisprudencial consolidada por esta Corte – foi revogada pela Resolução 03, de 07 de abril de 2016, a qual, disciplinando a mesma matéria, passando a atribuir às Câmaras Reunidas ou às Seções Especializadas dos respectivos Tribunais de Justiça a competência para a execução de tal mister:

"Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos

Superior Tribunal de Justiça

Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes."

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECLAMAÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS. RESOLUÇÃO N. 12/2009-STJ. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. PREJUDICADO. POSTERIOR ADVENTO DA EMENDA REGIMENTAL 22/2016-STJ REVOGANDO A RESOLUÇÃO N. 12/2009-STJ. DELIBERAÇÃO DE EDIÇÃO DE NOVA RESOLUÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA DIRIMIR DIVERGÊNCIAS ENTRE TURMA REGIONAL ESTADUAL E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO PREJUDICADO. 1. Com o advento da Emenda Regimental nº 22-STJ, de 16/03/2016, ficou revogada a Resolução n. 12/2009-STJ, que dispunha sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte. 2. Com isso, fica prejudicado o incidente de inconstitucionalidade que ataca a Resolução n. 12/2009-STJ. 3. A matéria passará a ser tratada por nova resolução, editada à luz do novo Código de Processo Civil, nos termos debatidos pela Corte Especial. 4. Agravo regimental prejudicado" (STJ, AgRg na Rcl 14.119/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 29/06/2016) .

"AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - IMPUGNAÇÃO DE ATO ORIUNDO DE JUIZADO ESPECIAL - RESOLUÇÃO Nº 03/2016 - COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS REUNIDAS OU ÀS SEÇÕES ESPECIALIZADAS DOS RESPECTIVOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA - DELIBERAÇÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DA RECLAMAÇÃO E DETERMINOU A REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. INSURGÊNCIA DO AUTOR. 1. A Resolução n.º 12, de 14 de dezembro de 2009, que disciplinava o instituto da reclamação -

Superior Tribunal de Justiça

instrumento processual vocacionado a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a orientação jurisprudencial consolidada por esta Excelsa Corte - foi revogada pela Resolução n.º 03, de 07 de abril de 2016, a qual, disciplinando a mesma matéria, atribuiu às Câmaras Reunidas ou às Seções Especializadas dos respectivos Tribunais de Justiça a competência para a execução de tal mister. Precedentes do STJ: AgRg na Rcl 14119 / SP, Rel. Min. Raul Araújo, DJe de 29/06/2016; AgRg na AR 5619 / PI, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 15/09/2016. 2. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt na Rcl 33.758/RN, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 17/11/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço da Reclamação e julgo extinto o feito, sem resolução do mérito.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora